



CBRRD 2019

III CONGRESSO BRASILEIRO DE REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES

PROGRAMAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA: UMA ALTERNATIVA NO COMBATE A POBREZA E A FOME

Eduardo Francisco Pereira Neto¹; Brenda de Farias Oliveira Cardoso²; Adriana Leiras³

¹Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, eneto83@yahoo.com.br

²Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro brendafarias.eng@outlook.com

³Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, adrianaleiras@puc-rio.br

RESUMO: Os programas de transferência de renda são considerados ferramentas importantes para o acesso das pessoas necessitadas aos serviços básicos. Dessa maneira, levando em consideração a importância desses programas para o desenvolvimento da sociedade, este estudo possui o objetivo de apresentar um panorama geral dos impactos do principal programa de transferência de renda brasileiro no atendimento as famílias beneficiadas. Com base em documentos publicados referentes ao programa, o estudo apresenta os objetivos, as condicionalidades, os diferentes benefícios e o resultado de alguns indicadores diretamente correlacionados com a transferência de recursos para os beneficiários. Como principais resultados, o estudo apresenta análises referentes ao total de família beneficiadas, grupos prioritários, indicadores de saúde e educação, onde é possível perceber aumento significativo da cobertura do programa em todos os indicadores analisados.

PALAVRAS-CHAVE: Logística humanitária; Programas de transferência de renda; Programa bolsa família

CASH TRANSFER PROGRAMS: AN ALTERNATIVE TO COMBAT TO POVERTY AND HUNGER

ABSTRACT: Cash transfer programs are considered essential tools for people in need to access basic services. Therefore, taking into account the importance of these programs for the development of society, this study aims to present an overview of the impacts of the main program of Brazilian cash transfer in the care of beneficiary families. Based on published documents related to the program, the study presents the objectives, conditionalities, different benefits, and the result of some indicators directly correlated with the transfer of resources to the beneficiaries. As main results, the study presents analyses of the total family beneficiaries, priority groups, health and education indicators, where it is possible to perceive a significant increase in the coverage of the program in all indicators analyzed.

KEY-WORDS: Humanitarian logistics; Cash transfer programs; Bolsa família programme



CBRRD 2019

III CONGRESSO BRASILEIRO DE REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES

INTRODUÇÃO / INTRODUCTION

Os desastres podem ser definidos como eventos súbitos e calamitosos que interrompem as atividades de uma comunidade, causando prejuízos humanos, materiais, econômicos e ambientais, que excedem a capacidade de recuperação da comunidade atingida utilizando apenas seus próprios recursos (NATARAJARATHINAM *et al.*, 2009). O impacto desses eventos na sociedade é considerado significativo considerando os últimos dez anos, com a média de 376 desastres registrados, prejuízos de US\$ 137,5 bilhões e 224 milhões de pessoas afetadas (GUHA-SAPIR *et al.*, 2017).

Após a ocorrência desses desastres, as operações humanitárias são iniciadas com o objetivo principal de atender as necessidades das pessoas afetadas com a distribuição de suprimentos, disponibilidade de abrigos, assistência médica e outros serviços, garantindo o fluxo de bens e serviços em uma cadeia de suprimentos complexa (THOMAS e KOPCZAK, 2007; COSTA *et al.*, 2015). Nesse contexto está inserida a Logística Humanitária (LH), que pode ser definida como o processo de planejar, implementar e controlar as atividades referentes a preparação, planejamento, aquisição, transporte, armazenagem, rastreamento e desembarços alfandegários dos recursos disponíveis, desde o ponto de origem até o ponto de consumo, a fim de atender as necessidades das vítimas (THOMAS e KOPCZAK, 2005). A LH visa o fluxo de pessoas e materiais de forma adequada e em tempo oportuno na cadeia de ajuda humanitária, com o objetivo principal de atender de maneira correta o maior número de pessoas (BEAMON, 2004).

A LH é fundamental para a execução de atividades pós desastre de maneira rápida e eficiente. Os desastres, por sua vez, são caracterizados por quatro fases principais: mitigação, preparação, resposta e reabilitação ou reconstrução (VAN WASSENHOVE, 2006; ÇELIK *et al.*, 2012), sendo:

- Mitigação: atividades de prevenção dos perigos relacionados a desastres ou ainda redução dos impactos dos desastres;
- Preparação: ações de preparo para a etapa de resposta antes que o desastre ocorra;
- Resposta: fase reativa para gerenciamento da avaliação dos recursos disponíveis durante a ocorrência do desastre com principal objetivo de atender as necessidades da região afetada.
- Recuperação: restauração dos sistemas financeiro, social e patrimonial buscando estabilizar a comunidade afetada.

Behl e Dutta (2018) ressaltam a importância da LH, já que os desastres naturais (secas, furacões, inundações, terremotos) e os desastres provocados pelo homem (conflitos entre e dentro das nações, crises de refugiados, guerras, incêndios) possuem impacto significativo na sociedade.

No Brasil e em outros países do mundo, um dos maiores desastres é a pobreza e, conseqüentemente, a fome. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), aproximadamente 55 milhões de pessoas vivem na pobreza e sofrem com a fome no Brasil, incluindo crianças e adultos. Com o intuito de minimizar os impactos



CBRRD 2019

III CONGRESSO BRASILEIRO DE REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES

desse desastre, muitos estudos buscam alternativas mais eficientes para mitigação e até prevenção dos efeitos que a fome pode ocasionar (aumento do trabalho infantil, aumento das taxas de mortalidade, queda da escolaridade etc.).

Nesse contexto, estão os programas de transferência de renda, os quais foram desenvolvidos com o objetivo de ampliar a garantia de proteção social, combatendo a pobreza e reduzindo as desigualdades sociais, baseados em transferências monetárias mensais para famílias de baixa renda, condicionadas aos cumprimentos de uma agenda nas áreas de saúde, educação e serviços sociais (MARTINS e MONTEIRO, 2016). No Brasil, especificamente, os programas de transferência de renda foram criados nos anos 90 e, desde 2003, se concentram no Programa Bolsa Família (PBF), voltado para famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país (MORAES *et al.*, 2018).

Considerando as quatro fases citadas anteriormente, os programas de transferência de renda podem ser inicialmente classificados como ações de resposta ao combate da fome. Após esse primeiro momento e dependendo da continuidade do programa, pode se enquadrar como de recuperação. Por isso, o interesse na utilização dos programas de transferência de renda ou *cash and voucher* (como é conhecido internacionalmente) nas operações humanitárias tem crescido nos últimos anos.

Segundo o relatório para orientações de financiamento divulgado pela Direção Geral da Comissão Europeia de Proteção Civil e Ajuda Humanitária (DG – ECHO, 2013), a eficiência e a eficácia desses sistemas de ajuda têm sido cada vez mais reconhecidas, principalmente em virtude de fatores ligados a segurança e logística, aos sistemas de alimentação integrados, aceleração dos processos de urbanização das regiões atingidas e a difusão dos serviços financeiros básicos.

Os programas de transferência se dividem em duas modalidades diferentes, a saber:

- Transferência Direta (“Cash”) – Trata-se da entrega direta de dinheiro sem qualquer tipo de direcionamento de como o beneficiário deverá utilizar o recurso, que se dividem em dois modelos: Transferência de Renda Condicionada onde o candidato a beneficiário precisa cumprir algumas exigências para que seja oficialmente contemplado; e o caso em que não há nenhuma contrapartida por parte dos beneficiários para que eles façam parte do programa.
- Transferência Indireta (“Voucher”) – Assim como na transferência direta, o sistema de voucher pode ter ou não contrapartidas por parte dos possíveis beneficiários. Entretanto, a escolha por esse tipo de sistema pode direcionar os recursos que estão sendo disponibilizados, pois existem vouchers que só podem ser trocados por comida, outros apenas por determinados tipos de serviço e ainda os que podem ser trocados simplesmente por dinheiro.

Para auxiliar no processo de decisão de qual modelo de ajuda é o mais indicado (doações, transferência direta de dinheiro ou voucher), a Comissão Europeia de Ajuda Humanitária e Proteção Civil considera múltiplos fatores, como: mercado local operacional, disponibilidade de produtos e serviços, restrição de gastos, controle de preços, entre outros.



CBRRD 2019

III CONGRESSO BRASILEIRO DE REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES

Segundo Brito *et al.* (2013), o sucesso dos programas de transferência de renda parece estar associado a fatores como:

- Disponibilidade: a comida tem que estar disponível em mercados e esses mercados tem que estar próximos da população. Caso contrário, devem ser propiciadas condições para desenvolvimento desse comércio, seja pela importação de alimentos, seja pelo desenvolvimento da agricultura regional se as condições climáticas forem favoráveis;
- Economia: a injeção de dinheiro na região pode desenvolver o mercado de alimentos, mas pode trazer consigo inflação e preços abusivos;
- Necessidades secundárias: avaliar quais contrapartidas teriam mais efeito no desenvolvimento da população;
- Parcerias: avaliar a disponibilidade e interesse de instituições governamentais em estabelecer parcerias e ajudar no desenvolvimento de programas de contrapartida, e estudar possibilidade de parcerias com instituições financeiras que possam realizar as transações bancárias.

Este artigo está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. A seção 2 apresenta o objetivo deste estudo. A seção 3 apresenta o caso brasileiro do programa de transferência de renda. A seção 4 apresenta os resultados e discussões da pesquisa. Finalmente, a seção 5 apresenta as conclusões e sugestões para trabalhos futuros.

OBJETIVOS DO TRABALHO / OBJECTIVES

Considerando a importância do PBF para o desenvolvimento do Brasil, o objetivo deste trabalho é apresentar um panorama geral dos impactos do principal programa de transferência de renda brasileiro no atendimento as famílias beneficiadas. Com base em registros publicados referentes ao programa, o estudo apresenta os objetivos, as condicionalidades, os diferentes benefícios e o resultado de alguns indicadores diretamente correlacionados com a transferência de recursos para os beneficiários.

MATERIAIS E MÉTODOS / MATERIALS AND METHODS

Nesta seção são apresentadas as características básicas do Programa, no que diz respeito aos objetivos, condicionalidades e benefícios. Os materiais utilizados neste estudo são baseados em relatórios e artigos publicados, os quais são relacionados ao PBF. A partir da análise desses documentos, os resultados são apresentados e discutidos na seção seguinte.

Criado em 2003 pelo Governo Federal, o programa Bolsa Família inicialmente unificou quatro outros programas vigentes naquele período: Bolsa Escola (2001), Bolsa Alimentação (2001), Programa Auxílio-Gás (2001) e o Cartão Alimentação (2003), dando ao Governo maior racionalidade administrativa, padronização dos procedimentos de gestão e facilidade de compreensão de seus mecanismos operacionais (MELGAREJO, 2011).

De acordo com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC (2018), o público-alvo do Programa são famílias extremamente pobres (com renda per capita



CBRRD 2019

III CONGRESSO BRASILEIRO DE REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES

mensal de até R\$ 85,00) e famílias pobres (com renda per capita mensal entre R\$ 85,01 até R\$ 170,00). Ao entrarem no programa, as famílias recebem o benefício mensalmente e, como contrapartida, cumprem compromissos nas áreas de saúde e educação.

O Programa é uma importante política que contribui, desde o seu início, para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, segundo Das *et al.* (2005) e Martins e Monteiro (2016), baseando-se em três pilares principais:

- Complemento da renda: todos os meses, as famílias atendidas recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo Federal. Esse pilar garante o alívio mais imediato da pobreza e da fome;
- Acesso a direitos: as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que possuem o objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social;
- Articulação com outras ações: o programa tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza.

Condicionais

Assim como acontece em outros países com programas similares, o PBF possui algumas condições para que os beneficiários sejam contemplados e, caso não sejam cumpridas, sanções gradativas são aplicadas, de advertências até o cancelamento do benefício.

Na área da educação os responsáveis devem matricular as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos nas escolas e a frequência escolar deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês.

No que diz respeito a área da saúde, os responsáveis devem levar as crianças menores de 7 anos para tomar vacinas recomendadas pelas equipes de saúde e para pesar, medir e ter o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento. Ainda, as gestantes devem fazer o pré-natal e ir às consultas na Unidade de Saúde.

Benefícios

De acordo com a SENARC (2018), os tipos e as quantidades de benefícios que cada família recebe dependem da composição (número de pessoas, idades, presença de gestantes etc.) e da renda da família beneficiária, como ilustrado na Tabela 1:



CBRRD 2019

III CONGRESSO BRASILEIRO DE REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES

Tabela 1 – Tipos de benefício do PBF

Tipo de benefício	Valor	Descrição
Básico	R\$ 89,00	O benefício básico é pago somente para famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 89,00
Variável vinculado à gestantes (BVG)	R\$ 41,00	O BVG é pago às famílias beneficiárias com gestantes identificadas pelo Sistema de Gestão do PBF na Saúde
Variável vinculado à nutriz (BVN)	R\$ 41,00	O BVN é pago às famílias com crianças de 0 a 6 meses
Variável vinculado à crianças de 0 a 15 anos (BV015)	R\$ 41,00	O BV015 é pago para as famílias com crianças e adolescentes de até 15 anos de idade
Variável vinculado ao adolescente (BVJ)	R\$ 48,00	O BVJ é o benefício pago às famílias com adolescentes de 16 e 17 anos
Superação da Extrema Pobreza	Calculado individualmente para cada família	Pago às famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 89,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa.

Fonte: Boletim SENARC (2018)

RESULTADOS E DISCUSSÃO / RESULTS AND DISCUSSION

Segundo a SENARC (2018), após 16 anos desde a sua implementação, o PBF alcançou aproximadamente 14,0 milhões de famílias beneficiadas até agosto do ano de 2018. Quando foi implantado, o PBF já atendia 3,6 milhões de unidades familiares e com o passar dos anos, o número de beneficiário expandiu significativamente para 14 milhões de unidades familiares, ou seja, um aumento de mais de 10 milhões de unidades sendo atendidas, por meio das condicionalidades, para possuírem acesso a rede de serviços públicos como saúde e educação (SENARC, 2018).

Com o aumento da cobertura do PBF, o percentual da população em situação de pobreza diminuiu e atingiu, no ano de 2014, 16,5% da população total (SENARC, 2018). Corroborando com essa afirmação, os resultados de Casonato *et al.* (2018) indicam que o PBF possui resultados importantes para resolução de alguns problemas do país como, por exemplo, a redução da pobreza e da desigualdade, o aumento do acesso a políticas públicas, entre outros.

Além disso, os resultados da pesquisa de Pacheco *et al.* (2018), apontam que algumas famílias beneficiárias são vulneráveis em relação a alimentação e nutrição e isso pode causar distúrbios nutricionais. Por isso, os autores reiteram a importância do PBF para a redução dessas condições, já que o programa pode auxiliar no crescimento saudável e segurança alimentar e nutricional dessas famílias.

Outro aspecto abordado pelo PBF são os chamados grupos prioritários, considerados prioridade no ingresso do Programa, devido ao alto grau de vulnerabilidade social, a saber: famílias indígenas, quilombolas, em situação de trabalho infantil, com pessoas libertas de situação análoga à de trabalho escravo e com catadores de material reciclável.

Os quilombolas representam o maior grupo atendido pelo programa - 29,3% de pessoas atendidas. Em seguida estão os indígenas (27,8%), as famílias com pessoas catadoras de material reciclável (18,9%), as famílias com pessoas libertas de situações análogas à de



CBRRD 2019

III CONGRESSO BRASILEIRO DE REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES

trabalho escravo (12,1%) e as famílias com pessoas em situação de trabalho infantil (12%). De acordo com a SENARC (2018), 401.836 famílias beneficiárias pertencem a um dos grupos denominados prioritários ao PBF, onde o percentual de famílias prioritárias é maior nas regiões Norte e Centro-Oeste, respectivamente.

Na área da saúde, também houve aumento significativo no acompanhamento das famílias beneficiadas, saindo de aproximadamente 41% das famílias no final de 2007 para mais de 77% no final de 2017 (SENARC, 2018). Nessa área, aproximadamente, 6 milhões de crianças são acompanhadas em relação ao vacinação e crescimento e, aproximadamente, 400 mil gestantes na faixa de 14 a 44 anos são assistidas, onde a maioria possui acompanhamento pré-natal.

No estudo sobre os impactos do programa na saúde, Silva e Paes (2019) afirmam que o PBF tem garantido a redução nos níveis de mortalidade infantil e auxilia no cuidado com a saúde de mulheres grávidas e crianças. Isto pode ser explicado devido as condicionalidades do programa, as quais incentivam as famílias a procurarem cuidados de saúde preventiva e receberem acompanhamento médico, permitindo a prevenção, detecção e combate às doenças.

Moraes *et al.* (2018) também apresentam dados referentes ao atendimento do Programa e afirmam que à medida que aumenta a cobertura do Programa, a taxa de mortalidade infantil diminui.

Em relação aos indicadores educacionais, houve o crescimento no acompanhamento da frequência escolar em mais de 20 pontos percentuais entre 2006 e maio de 2018, passando de 62,8% para 87,8% de pessoas, onde esse número pode ser traduzido em mais de 12,8 milhões de estudantes acompanhados (SENARC, 2018).

Glewwe e Kassouf (2012) e Moraes *et al.* (2018) destacam os efeitos positivos que o PBF possui em relação a educação, como por exemplo, o aumento de matrículas e a diminuição na taxa de abandono.

CONCLUSÃO / CONCLUSION

Com o desenvolvimento da pesquisa, é possível afirmar que o objetivo deste artigo foi alcançado, visto que o mesmo apresentou um panorama geral dos impactos do Programa Bolsa Família, com seus objetivos, suas condicionalidades, os diferentes benefícios e o resultado de alguns indicadores diretamente correlacionados com a transferência de recursos para os beneficiários. Com base em documentos publicados relacionados aos impactos do PBF, foram analisados resultados relacionados ao número de famílias beneficiadas, grupos prioritários, acompanhamento de indicadores de saúde e educação.

Embora o percentual de famílias atendidas e acompanhadas tenha aumentado ao longo do tempo, ainda há um número expressivo de famílias sem registro de acompanhamento. Dessa forma, rever e aperfeiçoar as estratégias de gestão, como o fortalecimento de ações intersetoriais e a interação com outros programas sociais é de suma importância para que, cada vez mais famílias tenham acesso a ações e serviços básicos.



CBRRD 2019

III CONGRESSO BRASILEIRO DE REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES

As análises dos indicadores sinalizam o quão importante pode ser um programa da magnitude como o PBF e, por isso, para trabalhos futuros sugere-se inclusão de outros indicadores, como: desigualdade social, taxa de mortalidade infantil, PIB das regiões mais beneficiadas pelo programa, entre outros. Além disso, sugere-se a aplicação de estudos empíricos com os beneficiários para entender quais são os reais impactos do Programa em suas atividades.

REFERÊNCIAS / REFERENCES

BEAMON, Benita M. **Humanitarian relief chains: issues and challenges.**

In: Proceedings of the 34th International Conference on Computers and Industrial Engineering. Seattle, WA: University of Washington, 2004. p. 77-82.

BEHL, A.; DUTTA P. **Humanitarian supply chain management: A thematic literature review and future directions of research.** Annals of Operations Research p. 1-44, 2018.

BRITO JR, Irineu; CAVALCANTI, Luisa Brandao; GRASSMANN, Ana Carolina; MENDES, Andre Bergten. **Bolsa Família: Exemplos para operações humanitárias na Etiópia.** 2013.

ÇELIK, M.; ERGUN, Ö.; JOHNSON, B.; KESKINOCAK, P.; LORCA, Á.; PEKGÜN, P.; SWANN, J. Humanitarian Logistics. **INFORMS Tutorials in Operations Research** vol 9, p. 18-49, 2012.

CASONATO, L.; CORRÊA, A. L.; DE PAIVA, S. C. F. **O Bolsa Família no enfrentamento da pobreza e na sequência histórica das grandes políticas econômicas brasileiras: suas condições de possibilidade.** Leituras de Economia Política, (26), 2018.

COSTA, S. R. A.; BANDEIRA, R. A. M.; CAMPOS, V. B. G., MELLO, L. C. B. B. **Cadeia de suprimentos humanitária: uma análise dos processos de atuação em desastres naturais.** Production, v. 25, n. 4, p. 876-893, out./dez. 2015

DAS, J.; DO, Q-T.; ÖZLER, B. **Reassessing conditional cash transfer programs.** The World Bank Research Observer, v. 20, n. 1, p. 57-80, 2005.

EUROPEAN COMMISSION. **The use of cash and vouchers in humanitarian crises: DG ECHO funding guidelines.** 2013. Disponível em:
<http://ec.europa.eu/echo/files/policies/sectoral/ECHO_Cash_Vouchers_Guidelines.pdf
> Acesso em: abril 2019.

GLEWWE, P.; KASSOUF, A. L. **The impact of the Bolsa Escola/Familia conditional cash transfer program on enrollment, dropout rates and grade promotion in Brazil.** Journal of Development Economics, v. 97, n. 2, p. 505-517, 2012

GUHA-SAPIR, D.; HOYOIS, P.; WALLEMACQ, P.; BELOW, R. **Annual Disaster Statistical Review 2016: The Numbers and Trends.** Brussels: Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED), 2017.



CBRRD 2019

III CONGRESSO BRASILEIRO DE REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais – SIS. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=o-que-e>> Acesso em: abril de 2019.

MARTINS, A. P. B.; MONTEIRO, C. A. **Impact of the Bolsa Família program on food availability of low-income Brazilian families: a quasi experimental study.** BMC public health, v. 16, n. 1, p. 827, 2016.

MELGAREJO, Ana Paula Bento. **Eficiência do controle do Programa Bolsa Família na perspectiva da gestão por resultados.** (Tese de Doutorado), 2011.

MORAES, V. D.; PITTHAN, R. G. V.; MACHADO, C. V. **Programas de Transferência de Renda com**

Condicionalidades: Brasil e México em perspectiva comparada. Saúde Debate. Rio De Janeiro, v. 42, n. 117, p. 364-381, 2018

NATARAJARATHINAM, Malini, CAPAR, Ismail, NARAYANAN Arunachalam. **Managing supply chains in times of crisis: a review of literature and insights.** International Journal of Physical Distribution & Logistics Management. 2009.

PACHECO, P. M., DE OLIVEIRA PEDROSO, M. R., GONÇALVES, S. C., CUERVO, M. R. M., ROSSONI, E. **Food and nutritional security of families assisted by the Bolsa Família cash transfer program in primary health care.** Mundo da Saúde, 42(2), 459-467, 2018.

SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA. **Acompanhamento e Análise do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais.** Brasília, ano 3, n 39, setembro, 2018. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_senarc/2018/Boletim%20Senarc%20N%20%2039_SETEMBRO_2018.pdf> Acesso em: 10 de abril de 2019.

SILVA, E. S. D. A. D.; PAES, N. A. **Bolsa Família Programme and the reduction of child mortality in the municipalities of the Brazilian semiarid region.** Ciencia & saude coletiva, 24(2), 623-630, 2019.

THOMAS, A.; KOPCZAK, L. R. Life-saving supply chains. In: **Building supply chain excellence in emerging economies.** Springer, Boston, MA, p. 93-111, 2007.

THOMAS, A.; KOPCZAK, L. R. **From logistics to supply chain management: the path forward in the humanitarian sector.** Fritz Institute, v. 15, p. 1-15, 2005.

VAN WASSENHOVE, L. N. **Humanitarian aid logistics: supply chain management in high gear.** Journal of the Operational Research Society vol. 57, n 5, p. 475-489, 2006.